

A EDUCAÇÃO EM ARTES VISUAIS NO ENSINO SUPERIOR E A PEDAGOGIA DO VÍRUS EM TEMPOS DE COVID-19

Ricardo Henrique Ayres Alves ¹

Resumo: Este artigo debate alguns aspectos do impacto da epidemia provocada pelo COVID-19, no âmbito da educação em artes visuais no ensino superior, a partir de experiências pessoais do autor e também de pesquisas emergentes que discutem tal tema. Partindo da noção de pedagogia do vírus, de Boaventura de Sousa Santos (2020), são discutidos o estabelecimento do ensino remoto, a dicotomia entre teoria e prática, assim como o impacto do fechamento das instituições culturais para o ensino de artes visuais. Analisando tais tópicos, é possível aferir que a pandemia impôs novos desafios, ao mesmo tempo que deu continuidade a debates já existentes na área, revestindo-os de uma nova emergência diante da suspensão de atividades presenciais.

Palavras-chave: Educação em artes visuais; Ensino superior; COVID-19.

EDUCATION IN VISUAL ARTS IN HIGHER EDUCATION AND THE PEDAGOGY OF THE VIRUS IN TIMES OF COVID-19

Abstract: This article discusses some aspects of the impact of the epidemic caused by COVID-19 in the visual arts higher education, based on the author's personal experiences and also from emerging researches that discuss this topic. Starting from the notion of pedagogy of virus from Boaventura de Sousa Santos (2020), the establishment of remote education, the dichotomy between theory and practice, as well as the impact of the closure of cultural institutions for the teaching of visual arts are discussed. Analyzing these topics, it is possible to verify that the pandemic posed new challenges at the same time that it continued existing debates in the area, covering them with a new emergency in view of the suspension of presential activities.

Keywords: Visual arts education; University education; COVID-19.

Introdução

Entre diversas questões que envolvem a história das epidemias, é possível destacar o aspecto por vezes pedagógico, que pode atravessar sua experiência. Em *Um diário do ano da peste*, Daniel Defoe (2014) narra o episódio da peste negra em Londres no ano de 1665, construindo uma história ficcional baseada em informações concretas, uma ficção factual (SAN MARTIN, 2014), que apresenta o impacto de tal fenômeno na cidade inglesa.

¹ Doutor e Mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS). Bacharel em Artes Visuais (FURG). Professor do Centro de Artes da EMBAP/UNESPAR. E-mail: ricardohaa@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4021-9168>.

Ao longo de seu texto, além de explicar como a doença tomou a cidade, em diversas passagens o autor manifesta esperar que seus escritos possam ajudar no caso de uma ocorrência semelhante no futuro, inscrevendo um caráter prescritivo a partir do comentário sobre os erros e acertos que permearam a resposta à peste. Além disso, é possível identificar ainda uma outra espécie de sentido educacional em seu texto. Defoe recorre frequentemente à compreensão da epidemia como um castigo divino, o que pressupõe uma moral disciplinar de forte caráter religioso. Nesse sentido, parecem existir aqui duas pedagogias: uma divina, que assola a humanidade para expurgar seus pecados, e uma humana, de caráter utilitário, resultado da avaliação e reflexão sobre como a doença foi enfrentada.

Em outra direção, no ensaio *A cruel pedagogia do vírus*, Boaventura de Sousa Santos (2020) procura indicar possibilidades de aprendizado possíveis diante da epidemia provocada pela COVID-19, tendo como fundamento uma reflexão mais ampla, que procura mostrar quais feridas do tecido social são escancaradas pela recente epidemia. Em dado momento, chega a enumerar seis pontos, que intitula como primeiras lições, debatendo possibilidades de reflexão que atravessam as dimensões políticas e midiáticas da sociedade contemporânea, comentando o papel das desigualdades sociais, como diretrizes que conduzem a mortalidade em uma pandemia que supostamente atingiria a todos, e destacando também a importância do colonialismo e do patriarcado, estruturas que regem a sociedade capitalista, a qual parece estar, assim como os setores radicais da direita, demonstrando sua fragilidade nesse contexto de crise.

Assim, o pesquisador indica a possibilidade de que aprendamos algo com a epidemia, indo em uma direção diferente daquela proposta por Defoe, já que Santos, apresenta um embate que nem está ligado à moral religiosa, e nem mesmo ao desenvolvimento de um conhecimento que seja útil para um evento semelhante, mas sim, aponta como toda a estrutura da sociedade pode ser pensada e repensada, a partir do impacto de uma enfermidade como essa, indicando tal momento de crise como uma possibilidade também de aprendizado.

Pensando no impacto da COVID-19 para além das mortes por ela provocadas, bem como de suas consequências, chama a atenção que a enfermidade tenha como um de seus pontos principais, o impacto causado pelas medidas de prevenção, ou seja, as recomendações de afastamento e distanciamento social, bem como as quarentenas, que já ultrapassaram largamente os hipotéticos quarenta dias compreendidos em seu nome. Nesse sentido, é interessante perceber que, na última parte de seu ensaio, Santos (2002, p. 29) afirma que “a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum.” Ou seja, o autor problematiza, tanto o impacto da pandemia, quanto da quarentena, pensando-a, tanto como um efeito da enfermidade, como um elemento particular o bastante para ser pensado em sua individualidade.

No texto de Dafoe, são recorrentes os trechos que versam sobre famílias inteiras que eram trancadas em sua casa pelo Estado a partir da identificação de alguém doente naquela residência. A medida para que a doença não saísse do âmbito doméstico possuía uma série de contra-indicações, boa parte delas provenientes do pânico que os familiares sadios possuíam de adoecerem, o que ocasionava episódios como fugas, embates com vigias e tentativas de burlar tal prescrição de isolamento.

A assustadora quarentena inglesa do séc. XVII, ainda que guarde alguma semelhança com o atual estado de atenção mundial, é atravessada por uma grande desinformação sobre as formas de contágio e disseminação da doença. Atualmente, no caso da COVID-19, é possível a coexistência de pessoas enfermas e sãs em uma mesma casa, sendo necessários alguns cuidados.² No entanto, a necessidade de reclusão diante da disseminação do novo vírus, que passou a ocupar um papel central no debate contemporâneo em 2020, impactou a sociedade interrompendo diversas formas de contato e convivência presenciais, ou pelo menos reduzindo-as

² <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/16/como-cuidar-de-pacientes-da-covid-19-isolados-em-casa/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

drasticamente para aqueles que seguem as determinações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Como consequência, uma série de atividades passou para o âmbito da virtualidade, incluindo diversos segmentos como as atividades de ensino e culturais.

Atuando como professor do ensino superior em cursos de artes visuais, fui obrigado, assim como muitos professores, a me adaptar a um novo contexto, que ficou conhecido como *ensino remoto emergencial* tomou o lugar da presencialidade. A repentina mudança provocou desconforto e incertezas, de modo que foram sendo desenvolvidas estratégias por parte dos professores e alunos, sendo necessários ajustes entre atividades síncronas e assíncronas, repensar métodos de avaliação e tentar reproduzir aspectos do ambiente presencial no modelo remoto, enquanto boa parte dos professores e alunos iam se adaptando às plataformas necessárias para a realização das atividades.

Diante desse cenário percebi que o momento de crise pode ser uma oportunidade de repensar uma série de questões que envolvem a educação e as artes visuais no ensino superior, compreendendo tanto os bacharelados quanto as licenciaturas e problematizando a nova realidade diante de questões estruturais da formação superior em artes visuais. Além disso, é importante discutir o fato de que o meio cultural foi um dos mais atingidos pela epidemia, o que influencia o sistema de arte como um todo, incluindo suas dimensões e setores educativos.

Assim, inspirado pelas perspectivas de Santos (2020) e Defoe (2014), procurei neste artigo pensar o impacto da enfermidade e da quarenta como possibilidades de aprendizado, discutindo alguns aspectos do impacto da COVID-19 no ensino superior em artes visuais, pensando tanto os debates do ensino, quanto do sistema de arte. Parto de inquietações pessoais e fragmentos de experiências minhas e de colegas, procurando então debater esses aspectos em relações a outras referências, destacando nesse grupo uma série de artigos científicos publicados por professores/pesquisadores/artistas em periódicos brasileiros da área de artes, em

2020 e no início de 2021, procurando destacar essa reflexão emergente que tematiza o impacto da pandemia nas artes visuais e na educação.

O ensino remoto e as artes visuais

Em alguns textos que versam sobre o ensino de artes no ensino básico, é possível encontrar relatos e pesquisas que contextualizam o impacto dos cuidados e restrições impostos pela impossibilidade de aulas presenciais. A pesquisadora Maristani Zamperetti (2020, p. 40) discorre sobre as tecnologias no ensino, debatendo a proibição ou autorização do uso de *smartphones* em sala de aula. Na sequência desse debate afirma que:

A partir de meados de março de 2020 foram suspensas as aulas nas redes pública e privada brasileiras, em função da pandemia de COVID-19, gerando um quadro de escolas fechadas, alunos em casa, professores no ensino remoto. Agora, os recursos tecnológicos estão sendo largamente utilizados em diversas formas: materiais digitais, orientações em redes sociais enviadas pelo professor para o acesso dos estudantes de forma assíncrona, videoaulas gravadas pelos docentes, dentre outras possibilidades.

Nesse sentido, o *smarthphone* acabou se tornando um elemento importante para o desenvolvimento das aulas, visto que nem sempre os alunos possuíam computadores à sua disposição, colocando o debate sobre seu uso em outra perspectiva, visto que não seria possível continuar ensinando sem o uso de recursos como esse. No entanto, a autora aponta para o fato de que o acesso a tais tecnologias é desigual, tanto por questões econômicas, quanto pela impossibilidade de alguns pais e responsáveis de acompanharem as atividades dos filhos. Assim, além do fato de que 25,3% da população brasileira não ter acesso à internet,³ é necessário pontuar que muitas vezes as redes dos que possuem internet, são insuficientes e que muitos alunos, mesmo com acesso, não têm orientação adequada em suas residências para o desenvolvimento das atividades virtuais.

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 18 jan. 2021.

A partir dessa discussão, Zamperetti apresenta relatos de professores do ensino básico que discorrem sobre a nova realidade, na qual problemas decorrentes da precarização docente, tais como a sobrecarga de trabalho, a falta de suporte das escolas, e a excessiva cobrança, por meio de relatórios e outros instrumentos de controle, se tornam ainda mais graves no contexto da pandemia. Além disso, as atividades são limitadas, tanto pela falta de acesso de alguns alunos à internet de qualidade, quanto pela precariedade do auxílio dos responsáveis, o que impede o acesso a determinados sites. Além disso, existe dificuldade em solicitar a compra de materiais, tanto pela necessidade de distanciamento social, quanto pela questão econômica, visto a situação precária de muitas famílias que enfrentam o desemprego e a diminuição da renda familiar no contexto da epidemia. Segundo o relato de uma professora:

[...] é criado um abismo entre as necessárias práticas artísticas escolares e a realidade que se impõe – as propostas devem ser minimizadas literalmente – ou seja, tudo deve ser extremamente pensado/repensado/racionalizado em termos de materiais a serem utilizados, para que nenhum aluno possa ser excluído destes fazeres. (ZAMPERETTI, 2020, p. 44).

Algumas dessas questões podem ser pensadas também no ensino superior, ainda que com algumas diferenças. Muitos alunos de graduação enfrentam problemas semelhantes no que diz respeito ao acesso à internet e à materiais, muitos por se deslocarem para as casas de suas famílias, visto que foram para outras cidades, para estudar e diante da epidemia, acabaram retornando. Além disso, as questões econômicas não afetam tanto os responsáveis por alguns alunos, quanto alguns deles que trabalham e sustentam a si, e em alguns casos, sua própria família.

Procurando superar essas dificuldades, muitas universidades públicas brasileiras procuraram desenvolver políticas que proporcionavam auxílios para adquirir pacotes e serviços de internet, assim como para a obtenção de equipamentos. Em alguns casos foram promovidos programas para facilitar a doação e posterior distribuição de equipamentos como *smartphones* e notebooks,

para alunos que não possuíam esses materiais: nesses casos, equipamentos sem uso poderiam ser doados para serem encaminhados posteriormente para os alunos. Em alguns casos, também se desenvolveram políticas de concessão de bolsas e outros auxílios, que facilitassem a permanência dos alunos na universidade em tempos de pandemia.

No caso da instituição em que trabalho, a Universidade Estadual do Paraná, além da promoção e facilitação de doações de equipamentos entre a comunidade universitária, ocorreu a oferta de chips de operadoras de telefonia celular com pacotes de internet para os estudantes. Nesse caso, o governo estadual ofereceu uma rede que só acessava determinadas plataformas, o que influenciou diretamente as escolhas de meu colegiado em organizar todas as atividades dos cursos de bacharelado em artes visuais do Centro de Artes do Campus Curitiba I, Escola de Música e Belas Artes do Paraná – Artes Visuais, Pintura, Escultura e Gravura – apenas nas plataformas acessíveis pelo pacote fornecido pelo Estado.

Tal medida foi uma dentre tantas tomadas após um período inicial de incertezas no qual, apesar de reuniões e trocas constantes, cada professor continuou a desenvolver suas atividades de maneira individual. Após esse momento, o colegiado se reuniu e elaborou um projeto intitulado *Campo Remoto*, no qual todas as atividades dos cursos foram integradas em um único grande projeto, compartilhado a partir da plataforma *Google Classroom*. Nesse sentido, foram superadas as limitações por séries e disciplinas, em um processo de integração que procurou estruturas rígidas já estabelecidas no ensino presencial.

Organizado com atividades síncronas e assíncronas em temporadas temáticas e alguns eixos transversais, o Campo Remoto contou com dois encontros síncronos semanais com todos os alunos e todos os professores reunidos em uma só sala virtual. As temporadas, a partir das quais tais encontros se organizavam abrangiam, tanto os conteúdos das disciplinas que haviam tido seus limites dissolvidos, quanto ir além, propondo recortes e estratégias distintos. Além disso, nas sextas-feiras foram

organizadas atividades como visitas à ateliers e conversas com artistas, bem como momentos de conversas livres.

A partir de dado momento, as sextas também passaram a abrigar o compartilhamento dos processos das cartografias que estão sendo produzidas pelos alunos, sendo estas, o instrumento através do qual ocorrerá a avaliação das atividades ao final do ano letivo. A escolha desse método de avaliação permite que cada aluno organize seu percurso no Campo Remoto de maneira particular, contemplando seus interesses e suas particularidades, mas sempre problematizando os conteúdos e discussões apresentados nas atividades síncronas e assíncronas. Por fim, é importante destacar que a escolha por realizar o aproveitamento parcial ou integral dos componentes curriculares em que estão matriculados cabe a cada aluno, que poderá optar também pelo aproveitamento das atividades desenvolvidas como atividade complementar.

Também é importante salientar que no Campo Remoto não só os componentes curriculares, mas também os projetos de pesquisa e extensão foram integrados, pensando os eixos do ensino, da pesquisa e da extensão como práticas integradas, que contribuem para a formação dos alunos. Além disso, também houve participação de alunos de pós-graduação da universidade e também externos que desenvolveram seus estágios docência no âmbito do *Campo Remoto*, contribuindo nesse sentido para a integração entre graduação e pós-graduação.

Atuando também em uma perspectiva de adaptação ao modelo remoto, Fábio Wosniak e Jocielle Lampert (2020), respectivamente integrante e coordenadora do *Grupo de Estudos Estúdio de Pintura Apotheke*, relatam sobre sua atuação no projeto do Centro de Artes da UDESC a partir da pandemia. Articulando pesquisa, ensino e extensão, o grupo, que também gerencia um periódico⁴, teve que adaptar seus encontros semanais para a modalidade remota.

Ao narrarem tal processo, os autores o discutem à luz da filosofia da experiência de John Dewey, uma importante referência para os trabalhos do grupo,

⁴ <https://www.revistas.udesc.br/index.php/APOTHEKE>. Acesso em: 18 jan. 2020.

analisando então a especificidade da experiência no âmbito remoto principalmente a partir do estudo da pintura. Pensando então a arte como experiência, a figura do artista professor pesquisador e a indissociabilidade entre teoria e prática, os autores refletem sobre a relação entre a experiência estética e o cotidiano, indicando que o processo educacional não depende apenas de um prédio físico definido como local de aprendizagem.

Desta forma, questiona-se o que é uma Escola? Ou mesmo Universidade? É de fato a entrada na vida da mente. Fazer/agir/sentir está em interação com a consciência de formas de aprender e ensinar, assim como, a consciência de continuidade. E nesta perspectiva, o que um Grupo de Estudos faz quando não pode mais utilizar determinado lugar? No caso específico, no momento da pandemia, o Grupo de Estudos buscou formas de reexistir em dimensões discursivas, pedagógicas e políticas. Não sendo o espaço do estúdio no formato presencial, o que gestava suas ações, e sim, instaurou-se formas de fazer/agir/sentir que articulam interação, continuidade e prática social, no que confere a relevância também, aos temas em articulação com os artistas professores (WOSNIAK e LAMPERT, 2020, p. 148).

Caracterizando a continuidade de suas atividades, são relatadas a realização de 14 encontros virtuais – as *lives*, modelo de encontro virtual popularizado durante a pandemia – realizadas entre os meses de maio e junho com pesquisadores convidados de todo o país, assim como o desenvolvimento de outros projetos pictóricos de caráter prático com os membros do Apotheke. Além disso, foram criados dois grupos de estudos na estrutura do projeto, um com foco na escola, e outro, o *Apotheke em dissidência*, procurando discutir questões ligadas as práticas culturais e sociais, sendo esse segundo coordenado por Wosniak.

Ao aproximar minha experiência particular daquela produzida pelo grupo Apotheke, é possível perceber que através de diferentes estratégias, tanto as atividades de ensino, como as de pesquisa e extensão se adaptaram à nova realidade, adaptando conteúdos e projetos ao contexto contemporâneo. Assim, ao mesmo tempo em que se perde a presencialidade e todos os atravessamentos dessa experiência, no modelo remoto, é mais fácil conseguir superar as distâncias e realizar encontros com os artistas, a partir de seus ateliês e também de

pesquisadores convidados, o que em termos de presencialidade depende de uma série de outros fatores.

Além disso, é interessante pontuar que em ambos os casos foi desenvolvida a continuidade das atividades ligadas, especificamente a atividades práticas, um aspecto bastante importante para pensar o ensino de artes visuais e sua especificidade, na qual o trânsito entre teoria e prática ocupa um papel central.

Da dicotomia entre teoria e prática à experiência remota com a obra de arte

Em sua tese, Umbelina Barreto (2008, p. 122) discorre sobre a historicidade da dicotomia entre o saber fazer e o saber pensar no ensino das artes visuais, comentando o processo de incorporação deste pela universidade:

A área de conhecimento, classificada na atualidade como Artes Visuais, passando a fazer parte da Instituição Universidade, somente a partir do século XX veio a ser definida em uma organização que a dispõe através de uma estrutura curricular de formação superior que tem operado com uma dupla face, operacionalizando, por um lado, o fazer, e por outro, o pensar.

Ao debater as origens do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a autora afirma que desde a sua autorização pelo governo federal em 1941,

esses eixos são colocados lado a lado, inseridos em uma configuração paralela, definida na estrutura através da inserção da disciplina de História da Arte desenvolvida durante o período de formação, o qual era, anteriormente, exclusivamente a cargo das práticas artísticas realizadas nos ateliêes de desenho, pintura ou escultura (BARRETO, 2008, p. 122).

Para a autora, o acréscimo da disciplina de história da arte foi pensado apenas como uma adição aos estudos desenvolvidos em ateliês, de forma que não existia a construção de alguma articulação entre eles quando de sua inserção, configurando apenas uma justaposição. Sendo o objeto de estudo de sua pesquisa a modificação no currículo do curso de Artes Visuais da UFRGS, que estava sendo implementado concomitantemente à produção de sua tese, Barreto apresenta os avanços conquistados em relação à integração entre teoria e prática, pensando a relação

direta entre o saber pensar e o saber fazer, assim como preconizado pela postura do grupo Apotheke (WOSNIAK; LAMPERT, 2020).

No entanto, mesmo diante de diversos avanços em relação à formação tradicional advinda das escolas de belas artes, percebo que esta dicotomia continua presente de maneira muito forte no ensino de artes visuais. Com frequência professores e alunos isolam o saber fazer e o saber pensar em âmbitos distintos, construindo hierarquias e valorizações que se distanciam do pensamento complexo que tais aspectos demandam. É importante então pensar que, apesar da origem do ensino de artes visuais estar fundamentado originalmente no ensino de caráter prático nos ateliês, como enunciado por Barreto, a concepção de relativa autonomia advinda do renascimento, presente na afirmação da arte como coisa mental proferida por Leonardo Da Vinci, já apresenta a dificuldade em separar tais aspectos da experiência artística.

No âmbito da realidade atravessada pela COVID-19, alguns aspectos dessa dicotomia se manifestam. Com a necessidade do ensino remoto, a emergência das aulas práticas tem sido discutida em vários cursos, o que não seria diferente na área de artes visuais, que enfrenta a delicada situação de transpor os ateliês para a condição remota. Quando se pensava que a quarentena poderia ser curta, parecia possível trabalhar a porção teórica das disciplinas práticas primeiro, para depois passar aos exercícios quando as aulas retornassem, ou até mesmo colocar as disciplinas do eixo teórico para serem cursadas na modalidade remota, visto que elas parecem se adaptar mais facilmente ao modelo remoto. No entanto, com o avanço do período de reclusão e distanciamento, tais soluções se mostram ineficientes no longo prazo que vai se construindo no horizonte.

No entanto, a percepção de que as aulas práticas perdem mais do que as aulas teóricas em termos de qualidade diante da pandemia, pode ser problematizada, já que desconsidera a experiência das aulas de caráter teórico presenciais, assim como reduz sua complexidade para algo meramente teórico e não, uma plataforma que articula teoria e prática. Na verdade, é necessário

compreender que qualquer processo educacional é constituído através de práticas, seja aquele mais comprometido com os aspectos da história, teoria e crítica da arte, assim como o que envolve as práticas artísticas.

Nesse sentido, umas das limitações no ensino das disciplinas do eixo teórico poderia ser o acesso às obras de arte, vistas as restrições a circulação que fecharam total ou parcialmente as instituições de arte. No entanto, Luisa Paraguai e Paula Almozara (2020, p. 208) indicam um aspecto interessante ao debaterem as limitações da circulação de obras durante o período da pandemia. As autoras afirmam que tal situação não é uma novidade, visto que nem sempre é possível acessar as obras de arte de maneira presencial. Segundo elas, as condições de acesso aos trabalhos artísticos

(...) são pautadas por diversas condições sistêmicas, ora pela necessidade de divulgação em meios de comunicação, pela edição de livros, catálogos, produção de materiais videográficos, ora por meio da relação programática estabelecida pelo artista. A primeira que diz respeito a divulgação em meios de comunicação pode ser vista em alguns casos como a única forma de contato que o público tem com a produção de determinado artista. Seja pela impossibilidade de deslocamento de obra para público, ou ainda o que é mais sintomático de uma condição econômica nos países em desenvolvimento ou periféricos como o caso do Brasil, o deslocamento do público para a obra. Sendo assim, muitos de nós, inclusive, tivemos a formação pautada pela observação e fruição de produções artísticas por meio de documentação fotográfica ou videográfica. O segundo formato que se relaciona às edições de livro e catálogos também pode ser pensado como um elemento importante na operacionalização de projetos e processos, formação do público e acessibilidade à arte.

A partir de tal reflexão as autoras problematizam como nosso contato com as obras de arte se dá por diversas mediações, configurando uma espécie de acesso remoto, destacando como a formação em artes visuais é dependente dessa estrutura. Como seria possível, por exemplo, para a maioria dos cursos de artes visuais do Brasil, localizados nas mais diversas localidades, ter acesso às obras de arte necessárias para a compreensão da história da arte se não fosse pela mediação com imagens reproduzidas em fotografia e vídeo?

Assim, o comentário de Paraguai e Almozara chama a atenção para a necessidade de compreender o impacto da condição remota como algo que afeta

práticas de ensino de disciplinas teóricas e práticas, além de introduzir a condição remota como um elemento que faz parte da formação em artes visuais, o que facilita o acesso dos estudantes às obras de arte, inacessíveis de maneira presencial. Além disso, ao comentarem o fechamento e restrições aos espaços expositivos, elas introduzem a importância de tais locais nos processos de ensino e aprendizagem em artes visuais.

As instituições, os setores educativos e a COVID-19

Diante das prerrogativas de distanciamento social desencadeadas pela epidemia de COVID-19, diversas instituições culturais tiveram suas atividades presenciais suspensas, procurando outras estratégias de compartilhamento com seus públicos. Todavia, em uma reportagem de 17 de junho, o professor Munir Klamt discute o âmbito expositivo, afirmando que “na maioria dos espaços o fluxo de público é, com exceção dos vernissages, contínuo e homeopático” (HALAL, 2020, n.p.), de forma que podem ser pensadas estratégias para a utilização de tais espaços com segurança. Nesse sentido, ao longo de 2020, alguns espaços retomaram suas atividades a partir de agendamentos e prescrições que procuravam manter o distanciamento social.

Assim, se por um lado é possível identificar que boa parte das instituições continuam fechadas, enquanto outras retomaram suas atividades – algumas ainda que temporariamente –, o avanço da epidemia em sucessivas ondas, assim como as restrições governamentais para tentar conter tais avanços são elementos que tornam ainda mais complexa a manutenção da programação desses espaços. No ano de 2020, a 12ª Bienal do Mercosul ocorreu totalmente *online*, enquanto o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) suspendeu suas atividades presenciais, reabrindo posteriormente e sendo novamente fechado para a realização de reformas, situação em que se encontra atualmente.⁵ Além disso, galerias, museus e

⁵ <http://www.margs.rs.gov.br/noticia/margs-encerra-exposicoes-e-fecha-temporariamente-para-receber-obras-de-reforma-no-interior-do-predio/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

demais espaços expositivos vinculados a universidades públicas brasileiras tem seguido as diretrizes de suas respectivas instituições, que em sua grande maioria permanecem com todas as atividades presenciais suspensas.

Indo além da questão do acesso às exposições e obras, fundamental para as atividades de ensino dos cursos de artes visuais, ainda é possível identificar outros aspectos no que diz respeito ao impacto do fechamento dessas instituições em relação à educação. Com a suspensão das atividades dos departamentos educativos, responsáveis pela mediação entre as exposições e o público, perde-se um importante espaço de ensino não-formal. Além disso, existe um impacto direto na formação em artes visuais, já que é identificável uma grande atuação desses profissionais em formação como estagiários em tais atividades. Nesse sentido, é necessário pensar que a suspensão do trabalho dos setores responsáveis pelas equipes educativas interrompe, tanto o processo de aprendizagem de tais profissionais em formação, quanto sua atuação educacional junto ao público.

Ao discutir o impacto da pandemia sobre a educação em museus, Camila Schenkel (2020) debate a fragilidade das equipes responsáveis por esse trabalho nas instituições, problematizando como, a partir do impacto do COVID-19, muitas instituições no Brasil e no mundo demitiram em massa os profissionais de tais áreas, justamente em um momento no qual seu trabalho seria de extrema importância, vide a necessidade de adaptação para o período de distanciamento social.

Schenkel apresenta dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM), os quais afirmam que entre 90% e 95% dos museus estariam fechados em meados de 2020, o que acarretaria o fim de contratos temporários e *free-lancers*, assim como o aumento de atividades online. No entanto, diante do grande número de atividades disponíveis, principalmente pela superação das distâncias físicas, a autora problematiza que grande parte delas parece voltada para um público privilegiado que possui internet de qualidade, tempo e condições de isolamento que permitem sua aderência ao rol de propostas apresentadas.

Debatendo então a relação das atividades remotas em relação ao seu público, a autora introduz o debate sobre as ações educativas se perguntando sobre um de seus principais públicos:

Em meio à sobrevida digital encontrada pelo campo artístico durante a pandemia de Covid-19, onde foi parar, por exemplo, um dos públicos mais tradicionais de museus, os grupos de escolas públicas anunciados orgulhosamente em relatórios de responsabilidade social para justificar investimentos públicos e legitimar o papel dessas instituições nas dinâmicas sociais? (SCHENKEL, 2020, p. 3-4).

Suas considerações vão na direção de uma crítica à atenção dada aos departamentos educativos e aos seus profissionais, de forma que a mediação se encontra em um papel ambíguo ao legitimar as instituições, sendo também uma espécie de ruído, pois com frequência subverte a institucionalidade, funcionando muitas vezes com relativa autonomia, sem que as instituições saibam exatamente o que é discutido nesse âmbito. Nesse sentido, Schenkel evidencia o caráter utilitarista dos setores educativos, que apesar de sua função educativa, existem, primordialmente, para manter os financiamentos, assim como para validar a relevância social das instituições.

Ela também problematiza, assim como Klamt, a qualidade da programação oferecida pelas instituições através de adaptações para o meio virtual, criticando a obviedade de algumas ações, como aquelas baseadas nas releituras de obras clássicas, tão comuns como exercícios de aulas de arte na escola, mencionando justamente a importância da mediação cultural em um momento de adaptação abrupta para a atuação digital, que geralmente é pensada a partir das equipes curatoriais, de marketing e relações públicas. Para ela, o desafio seria justamente pensar em como um trabalho educativo poderia ser desenvolvido diante da situação de isolamento, que elimina as condições de "(...) presença e convivência com obras e pessoas (...)" (SCHENKEL, 2020, p. 7).

Assim, a autora ainda inscreve no horizonte da precarização não só os mediadores, mas também equipes terceirizadas de limpeza e segurança como as mais atingidas pelos efeitos da COVID-19, ressaltando o papel precário atribuído

aos profissionais dos setores educativos de museus, vistos como agentes necessários para as contrapartidas sociais e sistemas de financiamento público, mas não como profissionais que possam contribuir para a instituição. Por fim, afirma que com a descontinuação desses serviços durante a pandemia, os saberes produzidos por tais equipes podem se perder:

Desvalorizado dentro da hierarquia do campo da arte (Fig. 05), esse conhecimento que vem da prática só consegue — quando consegue — chegar às discussões sobre a programação e às políticas das instituições depois de passar por muitos filtros. Em pleno século XXI, os museus ainda permanecem bastante impermeáveis em relação ao que acontece dentro de suas próprias paredes. (SCHENKEL, 2020, p. 12).

Considerações finais

Diante dos tópicos debatidos nesse texto, é possível perceber como a ideia de uma pedagogia do vírus inscreve o impacto da COVID-19 em uma perspectiva bastante ampla, próxima ao proposto por Santos (2020). Nesse sentido é possível pensar, por exemplo, que diante da crise epidêmica, as demissões promovidas pelas instituições culturais afetam diretamente estudantes de cursos de artes visuais que estagiavam em tais espaços. E sabe-se que a continuidade do processo de formação, orientado pela condição remota, depende de certos recursos materiais, inacessíveis para quem não poder pagar por eles. Assim, as considerações sobre desigualdade de acesso ao ensino e mesmo da precarização docente, evocadas também por Zamperetti (2021), encontram eco na afirmação de Santos de que a doença não afeta a todos de maneira igual, mas sim, que as desigualdades estruturais da sociedade são ressaltadas por sua presença.

Nesse sentido, as políticas de inclusão promovidas pelas universidades públicas brasileiras procuraram dar conta de minimizar tais diferenças, procurando a manutenção da permanência dos estudantes nas instituições. Diante desse cenário, foi possível que muitos estudantes e professores continuassem suas atividades, apesar das adversidades advindas, tanto da COVID-19, quanto das medidas

preventivas a ela relacionadas, tais como o distanciamento social e a quarentena, que interferem tanto em questões financeiras, físicas, quando de saúde mental.

Nos exemplos mencionados neste trabalho, é possível perceber tanto a continuidade das atividades quando a resiliência dos profissionais e estudantes que inventaram outras formas de estar junto, mesmo que distantes fisicamente. Se por um lado é possível perceber que a aderência à modalidade remota permitiu com maior facilidade estar próximo de muitas pessoas, diminuindo fronteiras – como no caso das *lives* do Apotheke e das atividades de museus em geral, comentadas por Schenkel (2020) –, também é necessário pontuar a impossibilidade de reproduzir a experiência da presencialidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Por sua vez, ao comentarem a condição de acesso remoto às obras de arte institucionalizada no ensino de artes visuais, Paraguai e Almozara (2020) introduzem um elemento que desestabiliza a dicotomia entre o presencial e o remoto, indicando certa permeabilidade nas práticas educativas aderentes aos dois modelos de ensino. A partir de tal consideração, é possível perceber que, mais do que uma ruptura, existe uma continuidade entre os processos anteriores e posteriores à eclosão da COVID-19, ainda que tais contextos possuam suas particularidades. Nesse sentido, o debate sobre as dificuldades de acesso e condições dos alunos, a dicotomia entre teoria e prática, assim como a condição precarizada das equipes dos serviços educativos de museus – compostas principalmente por estagiários, ou seja, por profissionais temporários –, não são novidades. No entanto, diante da emergência da pandemia, tais temas, assim como vários outros, se revestem de uma nova conjuntura que pode permitir, tanto um espaço para a reflexão sobre essas condições, quanto os caminhos de superação de tais adversidades, seja durante a pandemia ou não.

Referências:

BARRETO, Umbelina Maria Duarte. *Espiando pelo buraco da fechadura: o conhecimento de artes visuais em nova chave*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DEFOE, Daniel. *Um diário do Ano da Peste*. 3. ed. Tradução: Eduardo San Martin. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2014.

HALAL, Fernando. *Para onde vai a arte após a pandemia?* Professores do ILA projetam rumos estéticos e a difusão da produção artística após o isolamento social. Rio Grande, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.furg.br/noticias/noticias-cultura/para-onde-vai-a-arte-apos-a-pandemia>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PARAGUAI, Luisa; ALMOZARA, Paula. “Coletas em incursões cotidianas” e “notações”: exercícios poéticos no contexto de distância social. *Art&Sensorium*, Curitiba, v.7, n.2, p. 207 – 217, 2020.

SAN MARTIN, Eduardo. A ficção factual de Daniel Dafoe *In: DEFOE, Daniel. Um diário do Ano da Peste*. 3 ed. Tradução: Eduardo San Martin. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2014. p. 7-14.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SCHENKEL, Camila. Em quarentena: apontamentos sobre educação em museus em tempos de pandemia. *Porto Arte*, Porto Alegre: v. 25, n. 43, p. 1-16, jan-jun, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/2179-8001.108108>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/108108/58684>. Acesso em: 5 jan. 2021.

WOSNIAK, Fábio e LAMPERT, Jociele. Noções sobre a filosofia da arte como experiência durante a pandemia em 2020. *Art&Sensorium*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 142-152, 2020.

ZAMPERETTI, Maristani Polidori. Artes visuais e ensino remoto: paroxismo nas interações em tempos de pandemia. *Palíndromo*, v. 13, n. 29, p. 38-53, 2021.